

Organizacoes, Movimientos e Projetos Sicais em Sao Paulo.

María da Glória Gohn.

Cita:

María da Glória Gohn (2007). *Organizacoes, Movimientos e Projetos Sicais em Sao Paulo. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/173>

Organizações, Movimentos e Projetos Sociais em São Paulo

Maria da Glória Gohn

UNICAMP/UNINOVE/CNPq

Resumo

Em São Paulo os problemas sociais e urbanos se acirraram nos últimos anos. Os dados apontam para uma correlação entre pobreza, desemprego, baixa escolaridade e espaço urbano deteriorado. Não obstante este cenário, este trabalho demonstra que, apesar dos problemas sociais e urbanos, São Paulo é também um grande laboratório de projetos sociais, ações e experiências; palco e objeto de movimentos, lutas sociais, e novas redes de associativismo civil. O trabalho objetiva apresentar um panorama do associativismo em São Paulo, dando destaque maior para as organizações e movimentos que atuam ao redor da temática da moradia popular. Os dados foram obtidos via: entrevistas, reportagens e documentos das próprias organizações estudadas. O período pesquisado é de 2000 a 2006. O trabalho conclui que novas formas de organização têm sido criadas na sociedade civil, assim como novos espaços públicos. O movimento de moradia é o maior e o mais organizado no meio popular. Novas redes temáticas têm se formado, em articulações eventuais ou mais permanentes, onde se juntam movimentos de moradia, saneamento, transporte, de jovens, mulheres, negros, grupos culturais, atividades artísticas e ativistas ambientais etc. fazendo do urbano e das políticas públicas, tema e objeto renovado de ação.

Introdução

No Brasil, neste milênio, o tema do urbano voltou para o centro dos debates e problemas sociais sob a forma de desemprego, populações vivendo nas ruas ou ocupando imóveis, aumento violência, e reconstrução de cidades deterioradas. As estatísticas oficiais e as manchetes da mídia divulgam problemas no urbano de diferentes ordens tais como: violência contra os cidadãos civis, má qualidade dos serviços públicos prestados à população, crescimento desordenado das áreas periféricas - em grau maior que no passado, destruição da paisagem e do patrimônio arquitetônico - pela diminuição de áreas verdes e

recursos hídricos, abandono de áreas públicas e imóveis privados em regiões centrais ou antigos bolsões industriais, agora deteriorados, ocupações irregulares de todos os tipos realizadas por diferentes camadas sociais; escassez de equipamentos culturais e desportivos etc. Este cenário é fruto e reflete a situação da questão social no Brasil: pobreza, desigualdade e exclusão social, desemprego, dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal-principalmente entre os jovens, etc. O trabalho terceirizado –antes restrito às atividades de serviços se expandiu nos setores da indústria, comércio, construção civil, saúde, etc. Com isso, os custos das empresas foram reduzidos mas as condições de trabalho fragilizadas e tornam-se precárias. O trabalho informal cresceu mas os especialistas alertam: “ há uma supersaturação da economia informal no mundo atual., que favorece a violência, a desagregação social e o crime (vide M. Davis, 2006).

Dados empíricos nos indicam que somente nas regiões onde houve articulação de políticas públicas com setores da comunidade civil organizada tem sido possível – se não resolver, ao menos equacionar os problemas e as tensões sociais existentes. Porém, as análises também nos indicam que as soluções duradouras somente serão possíveis com políticas públicas universalizantes e alterações no modelo de desenvolvimento adotado. Mas estas políticas, para terem legitimidade, devem ser construídas a partir de ações concretas já existentes, a partir de uma base mínima real e não a partir de estratégias e planos mirabolantes construídos nos gabinetes, de cima para baixo. Por isso, destacamos neste texto - formas de associativismo civil tomando como exemplo emblemático à cidade de São Paulo. São as redes de associativismo que trataremos neste texto, destacando-se aquelas que se organizam em torno da moradia na cidade, especialmente o morar para os setores populares..

Rede é uma categoria importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados. Barnes (1987) a definiu como o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social -composto por exemplo por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc.Mas foi Castells (2000) que a inscreveu no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas ao tratar a sociedade globalizada como uma rede. Numa sociedade fragmentada e polimorfa, a tendência dos grupos sociais organizados e se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes. Destas articulações surgem

as redes temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas, étnicas, raciais, religiosas etc). A rede social tem um enraizamento maior com as comunidades locais. A rede temática tem poder de articulação que extrapolam o nível local, atuando da esfera local até a global.

São Paulo: um retrato das metrópoles brasileiras e seus problemas

Em metrópoles, como São Paulo, os problemas sociais e urbanos se acirraram: e a violência no território urbano assume diversas modalidades, simbólica e real-contras o cidadão comum nas ruas e em suas residências, praticadas via ações planejadas e executadas por diferentes grupos do crime organizado que se formam na ilegalidade, bandos armados chegaram a paralisar a cidade com atos terroristas etc.. Os índices crescentes de violência urbana, desigualdades e tensões sociais alteraram completamente os hábitos e o comportamento de rotina cotidiana dos cidadãos, de todas as classes e camadas sociais, assim como estão alterando o perfil arquitetônico da cidade. Nos contornos dessa metrópole ocorre a diluição entre áreas urbanas e rurais devido a metropolização e o agravamento da situação ambiental: lixo, água, esgoto, poluição atmosférica, diminuição drástica das áreas verdes, ocupação desordenada etc. Os dados apontam, portanto para uma correlação entre pobreza, desemprego, baixa escolaridade e espaço urbano deteriorado. Há outros fatores, como o aumento do consumo e de distribuição de drogas, especialmente entre os adolescentes, para explicar a criminalidade, que não se restringe às regiões mais pobres; perda de valores e referenciais na sociedade - onde predominam a busca da satisfação imediata de objetos de consumo (material ou simbólico), individualismo crescente, e fragmentação de formas tradicionais de pertencimento sociocultural tais como: religião, família nuclear e extensa, grupos de amigos da escola, clubes etc.

São Paulo é, também, palco e objeto de movimentos, lutas sociais, e novas redes de associativismo civil, tanto por parte da sociedade civil - com iniciativas inovadoras que vão de atos de resistência pacífica, desobediência civil, movimentos sociais, cooperativas de produção, fóruns e assembleias permanentes, redes de ONGs, observatórios da cidadania de acompanhamento de políticas públicas etc.; como por parte da sociedade política, com ações coletivas mais institucionalizadas, em parceria entre representantes do poder público e representantes da população organizada, como nos diversos conselhos existentes.

No campo do associativismo, as organizações populares, tradicionais e novas, têm enfrentado desafios inéditos para se readaptarem à nova conjuntura. Relações de novo tipo têm sido propostas por órgãos governamentais e agências multilaterais, em processos massivos e sistemáticos de participação comunitária. Novas formas de organização têm sido criadas, assim como novas redes têm se formado, em articulações eventuais ou mais permanentes, onde se juntam movimentos de moradia, saneamento, transporte, de jovens, mulheres, negros, grupos culturais, atividades artísticas e ativistas ambientais e sindicais etc. fazendo do urbano e das políticas públicas, tema e objeto renovado de ação.

As políticas sociais nas últimas décadas foram acionadas sobre a orientação da descentralização e de novas formas de gestão dos fundos públicos. A reestruturação do papel do Estado, não mais como produtor de muitas ações, mas como gestor e repassador de recursos levou a emergência de novos parceiros, a privatização de serviços essenciais, e a estratificação no atendimento segundo os imperativos da lógica do mercado. Políticas excludentes promoveram uma modernização conservadora, onde a inclusão deixou de ser um direito de todos, a pobreza perdeu o caráter universal e subdividiu-se entre pobres e miseráveis. Só estes últimos têm sido incluídos como "usuários" do sistema, o atendimento passou a ser setorializado. Neste texto destacamos os problemas de uma grande metrópole, São Paulo, mas é bom não esquecermos que, de acordo com o IBGE, em 2000, 80% das maiores cidades médias brasileiras registravam núcleos de favelas. Os assentamentos irregulares ou ilegais estão presentes até em pequenas cidades - 36% das cidades com menos de 20 mil habitantes têm loteamentos irregulares e 20% têm favelas! Portanto, as camadas populares brasileiras tiveram suas condições de moradia mais deterioradas nas últimas duas décadas. E o conjunto de todas as classes sociais teve deteriorado a sua qualidade de vida (ambiente construído, poluição do ar, trânsito etc.) assim como queda na segurança pública nas cidades. É importante registrar também que a "favelização" não é fenômeno brasileiro. Segundo a ONU, em 2001 havia 924 milhões de favelados no mundo, 31,6% dos moradores de zonas urbanas no mundo! O documento "O Desafio das Favelas, o Programa de Alojamento Humano da ONU" alertou que, "a população mundial que vive em favelas poderá chegar a 2 bilhões em 30 anos se não forem tomadas medidas de combate à pobreza e adotadas políticas de emprego e habitação" (*Folha de São Paulo*, 7/10/2003, p. A 12). O Fórum Urbano Mundial realizado em Vancouver em Junho de 2006,

sob o patrocínio da ONU, também destacou a urbanização da pobreza: um terço da população terrestre vive atualmente nas 250 mil favelas do planeta. Este cenário levou Mike Davis a colocar como título de seu último livro: "Planeta Favela (Davis, 2006).

São Paulo: Ah! esta megalópole despedaçada.....

São Paulo é hoje a 3ª cidade no mundo em termo de população: dados do Censo 2000 do IBGE indicaram: 10 434.252 habitantes; a taxa de crescimento da região periférica é estimada em 30% contra 5% nas regiões mais ricas; as favelas passaram de 585 (1991) para 612 (2000), abrigando uma população de 909.628 pessoas. Registre-se que para o IBGE, é considerada favela o conjunto de "aglomerado subnormal" constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando terreno alheio. Os agrupamentos menores não são computados. Disso decorre que, na realidade, o número de favelas é muito maior. Segundo a Fundação SEADE, entre 1994-1998 o número de famílias faveladas na capital aumentou em 47%. Segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 2002 havia cerca de 2 milhões de pessoas vivendo nas favelas. Em 2004, o Siduscom e a FGV, registraram no índice de Desenvolvimento Habitacional da cidade, 2018 unidades, de diferentes tamanhos. Portanto, o fato real é: o crescimento da população favelada em São Paulo evoluiu de 1,2 milhão em 1990 para 2 milhões em 2000 (vide Taschner, 2004).

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, em 2000 havia 600 mil cortiços e o Censo do IBGE registrou nestes cortiços: 117.167 pessoas. Eles se localizam em regiões centrais, principalmente nos bairros que tiveram papel importante no início da industrialização em São Paulo como Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Bela Vista, Cambuci, Liberdade, Mooca, Santa Cecília e Pari. De moradia da classe trabalhadora, no passado, atualmente são opção de moradia para pessoas de baixa renda. Em domicílios improvisados vivem 41.942 pessoas (categoria criada pelo IBGE para aglutinar e designar o que os populares designam como "moco", são instalações fixas mas inadequadas para moradia tais como prédio em construção, postos de saúde, vagões de trens, barcos, carroças, tendas, grutas, etc.). O Censo 2000 do IBGE indicou que este tipo de moradia foi o que mais cresceu nos anos 90, com a cifra de 90,101%! Em segundo lugar, em termos de crescimento, ficou a população paulistana moradora nas ruas (dormindo sob pontes, viadutos, marquises, banheiros públicos, debaixo de grandes árvores nas praças públicas e outros abrigos itinerantes), com crescimento de 80%. A Fipe- Fundação de Pesquisas

Econômicas registrou 10394 pessoas "morando" nas ruas de São Paulo, basicamente na área central, em 2003, num crescimento de 19,4% no prazo de apenas três anos, pois em 2000 eram 8706 cidadãos sem moradia. Resta lembrar que 3 milhões de pessoas ainda viviam em loteamentos clandestinos em 2000. Essas cifras todas, somadas, dão mais de 5 milhões de pessoas vivendo, ou sobrevivendo, nas favelas, cortiços, habitações precárias e nas ruas, num aumento de 45% entre 1991-2000. A mancha de ocupação do território urbano de São Paulo ficou 5 vezes maior que no ano de 1970.

A cidade ganhou 1,1 milhão de pobres entre 1991-2000, segundo o Mapa da Exclusão (PUC/SP, 2000) sendo que, atualmente, 589 mil famílias vivem abaixo da linha pobreza, com renda inferior a 300 reais/mensal (dados Secretaria. Trabalho/Prefeitura de SP). O déficit habitacional calculado pela Secretaria. Municipal de Habitação é de 380 mil unidades. O Censo de 2000 identificou 420.327 domicílios vazios e ociosos na Capital. No Centro, o número era de quase 20 mil domicílios vazios.

Segundo o Censo do IBGE de 2000, existia 763 mil analfabetos na cidade (entre seus 9,5 milhões de habitantes maiores de cinco anos). Houve um crescimento de 3,47% da taxa de analfabetismo em São Paulo em relação a 1991.

São Paulo teve também um crescimento do ICV- Índice de Condições de Vida (uma extensão do IDH-Índice de Desenvolvimento Humano, que combina 27 indicadores e os aglutina em seis sub-índices: educação, infância, trabalho, habitação, renda e longevidade). Em relação a 1990, o ICV de São Paulo passou de 0,625 para 0,180 piorando apenas na área da habitação e ficando em 2º- lugar no ranking das 12 maiores capitais brasileiras. Analisando-se os 96 distritos paulistanos, segundo o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano empregado pela ONU, para medir a qualidade de vida da população de um país, e utilizando-se dados do Censo 2000, da Fundação SEADE, e das Secretarias municipais de Educação e da Saúde, a Secretaria do Trabalho de São Paulo chegou à conclusão que apenas 3,46% da população de São Paulo vive em boas condições de vida (foram cruzados três dados: renda, esperança de vida e conhecimento).

A localização territorial dos pobres na cidade teve ciclos de alternância segundo seu desenvolvimento e crescimento econômico. O padrão concêntrico, de uma cidade com as camadas de altas e médias rendas localizadas nos anéis centrais, que se expande pela expulsão e contínua formação de novos anéis periféricos, sem nenhuma infra-estrutura

urbana, foi se alterando ao longo do século XX. Foi ocorrendo o esgotamento de áreas para esta expansão-dado os limites que a configuração geográfico-espacial da cidade impõe, com a serra da Cantareira ao Norte e as represas ao Sul, e o disciplinamento do uso do solo, que muitas vezes contribuiu para ocupações desordenadas pela morosidade ou não fiscalização, de áreas preservadas e “congeladas” para novos empreendimentos ou construções. Assim, a concentração das classes populares na periferia da região Sul, por meio da compra de lotes e autoconstrução, nos anos 60 e parte dos 70 foi sendo acompanhada ou substituída, nos anos 80, pelas ocupações e loteamentos irregulares em áreas dos mananciais, ou ao redor de córregos onde os administradores previram corredores de trânsito, não realizados na ocasião, que ficaram “livres” para as ocupações a exemplo da antiga Av. da Traição, depois Água Espraiada, atualmente Roberto Marinho, no eixo de saída para as rodovias Imigrantes, Anchieta, em direção a cidade de Santos.

Na década de 1990 ocorreu também uma grande expansão de loteamentos e ocupações populares na Zona Leste, em direção à rodovia Ayrton Senna, já quase divisa com a cidade de Mogi das Cruzes. Nos anos 90 a concentração das moradias populares também se deslocou para novas áreas, principalmente na Zona Sudoeste, em direção as rodovias Anhanguera e Imigrantes, num círculo delimitado pelo novo Rodoanel, abrangendo inúmeros outros municípios da região metropolitana. Esta concentração se expande também na Zona Norte - região Brasilândia, e próxima à represa Billings, como na região de Marsilac. A grande alteração entretanto, na localização da moradia popular, estará nas favelas. Elas se diluem pela cidade e áreas “nobres, como o Morumbi/Vila Andrade, terão a convivência de dois padrões completamente opostos - a favela e o condomínio de luxo, praticamente lado-a-lado (Caldeira, 2000). Os cortiços centrais não serão apenas de casarões antigos na região dos Campos Elíseos, Barra Funda, Santa Cecília, Sé etc. Prédios inteiros passam a ser ocupados e viram novos cortiços, com formas e regras diferentes dos casarões antigos porque, nos anos 90, são movimentos sociais populares que organizam as ocupações.

Certamente que São Paulo não é apenas uma grande ilha de pobreza. Ela é também a cidade com os maiores índices de riqueza concentrada por metro quadrado da América Latina se observarmos, por exemplo, a área dos Jardins, parte da Zona Oeste e do Morumbi etc. O contraste decorre certamente destas duas realidades. Quase todas as lojas mais caras e

renomadas do mundo têm filial em São Paulo, certamente porque há público consumidor para elas.

A partir do cenário acima delineado, de uma megalópole com crescimento vigoroso, mas fragmentada, despedaçada, vamos tratar a seguir o tema das redes de associativismo de seus habitantes, especialmente das camadas populares e suas lutas pela moradia.

Associativismo em São Paulo no Século XXI- uma nova conjuntura

São Paulo é também um grande laboratório social de experiências associativas que vão das associações de moradores até as modernas cooperativas, fundações e empresas cidadãs do Terceiro Setor. A cidade abriga um número de associações comunitárias de espectro variado que vai das tradicionais Sociedades Amigos de Bairros a entidades de cunho religioso que atuam a partir do chamamento/pertencimento da fé em um número enorme de obras sociais. A cidade possui um número crescente e ainda não contabilizado de ONGs e/ou entidades do Terceiro Setor. A capital é sede ou aloca representações nacionais das coordenações de movimentos sociais de espectro nacional como a CUT, o MST, a Central de Movimentos Populares (CMP), que realizou no dia 31 maio de 2006, uma grande mobilização em defesa das políticas públicas com participação popular. O maior sindicato de profissionais da área da Educação da América Latina, a APEOESP; é sede ainda de entidades articuladas à coordenação de vários Fóruns de participação como os da Reforma Urbana, Reforma Agrária, Experiências de Orçamento Participativo etc. O Fórum Nacional de Reforma Urbana, FNRF- é uma entidade bastante nacional e ativa em São Paulo. Ele organizou, em Junho de 2006, a Jornada de Lutas pela Reforma Urbana realizando manifestações em todas as capitais do país.

Pesquisa desenvolvida pela empresa Criterium em 2003 em parceria com o Programa Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo, para subsidiar políticas públicas municipais, registrou em uma amostra de 448 pessoas, que apenas 19% da população participava de algum tipo de associação civil na cidade, sendo que, daquele universo, 10% eram entidades religiosas e 9% entidades civis (Criterium, apud Avritzer, 2004, p. 17). A pesquisa informa-nos ainda que a maioria dos 19% que afirmou participar de alguma prática associativa, iniciou esta prática na década de 90, ou seja, uma época de crise e desmobilização movimentos sociais populares urbanos de São Paulo. O IBGE já havia

registrado, em 1996, ao pesquisar o percentual de filiação a movimentos associativos da capital paulista, que 87,9% não eram filiados. Dentre os filiados, apenas 2,3% participavam das associações de bairro. Entretanto, a aferição numérica de índices de participação em associações nas camadas populares é algo difícil de se obter porque os movimentos sociais populares não têm registros de inscrição de sócios. No movimento pela moradia, por exemplo, o maior e mais organizado na atualidade, com várias frentes de lutas e organizações, quando muito obtemos o número de participantes de ocupações, ou de famílias participantes de uma ação coletiva, para efeitos de cadastramentos nas políticas públicas. Muitas vezes obtemos os números via a mídia, quando noticiam uma ocupação. E serão estes tipos de movimentos que constituem uma das frentes básicas do associativismo entre as camadas populares. Certamente que há outros tipos de associações e movimentos, principalmente os organizados ao redor de temas do multiculturalismo e das diferenças culturais, como os de origem racial, étnica, religiosa, etc. Mas não são os mais numerosos.

Os Movimentos Sociais Populares em São Paulo

No início deste novo milênio ocorreram duas novidades no campo dos movimentos sociais populares - a retomada das lutas urbanas, com visibilidade, no setor da moradia com a criação do MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, versão urbana do MST; e o fortalecimento de articulações entre os movimentos sociais tais como a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS, criada em 26 de julho de 2003. Embora este último não se restrinja à cidade de São Paulo, sua articulação tem, na capital paulista, o centro de suas ações. A CMS é composta pelo MTST, MST, CUT, Federação Nacional dos Advogados, CPT-Comissão Pastoral da Terra, Marcha Mundial das Mulheres, Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e entidades estudantis.

Em São Paulo ocorreu no dia 26/06/2006 a Jornada de Lutas pela Reforma Urbana coordenada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana - FNRF. Participaram da Jornada de mobilizações, além do FNRF, as seguintes entidades: a CMP- Central de Movimentos Populares, a CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores, a FACESP - Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo, e a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo – UMMSP, todas organizações ativas em 2006 na cidade de São Paulo. A UMMSP é uma entidade com longa trajetória de lutas e

mobilizações na Zona Leste da capital desde os anos 80..As manifestações da Jornada incluíram acampamentos, passeatas, cartas de demandas etc. Para o Município de São Paulo, encaminhou-se uma agenda com 15 itens de reivindicações¹. Outras agendas foram formuladas para os níveis, estadual e federal de governo. O evento teve o apoio de pastorais da igreja e do Instituto Polis (sediado em São Paulo, criado nos anos 80, que se dedica a “Estudos, Formação, Assessoria em Políticas Sociais”). As Pastorais da Igreja (atualmente são cerca de 15) completam em 2006, 35 anos de atividades, sendo a Pastoral Operária e da Periferia as primeiras. Há outras específicas como Pastoral do Menor, da Mulher Marginalizada,

Os movimentos populares sempre foram heterogêneos em termos de temáticas e demandas. O que unifica o universo das suas demandas são as carências socioeconômicas. Eles criaram e desenvolveram, nos anos 90, redes com outros sujeitos sociopolíticos (tecidas com os campos: sindical, institucional de outras entidades sociais, político partidário, religioso, ONGs etc.), assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito, destacando os movimentos que atuam na questão da moradia (tratados a seguir). Ocorreram, entretanto, alterações profundas no cotidiano da dinâmica interna dos movimentos populares. Se ao longo dos anos 90 os movimentos populares urbanos diminuíram as formas de protestos nas ruas e diminuíram sua visibilidade na mídia, ocorrendo um deslocamento dessa visibilidade para as ONGs, a partir de 2003 eles retornaram e ganharam novamente visibilidade. As reivindicações dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como, as freqüentes contestações às políticas públicas, e incorporaram outros elementos; com isso eles saíram do nível reivindicatório de contestação, para um nível mais operacional, propositivo. Embora os eixos nucleadores das demandas sejam praticamente os mesmos, centrados na falta da moradia ou de políticas acessíveis às camadas mais pobres, os movimentos incorporaram novas práticas. Seus discursos se alteraram em função da mudança da conjuntura política e econômica do país, assim como ampliaram as matrizes que estruturavam esses discursos e práticas. Não se trata mais de ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, comporem parcerias, etc. Eles ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns; e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos

importantes tais como os diferentes conselhos nas esferas municipal, estadual e nacional/federal.

O conjunto das reorientações resultou que, a noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular dos anos 80, reformulou-se, e deu novos sentidos e significados às suas práticas. Esse processo alterou a forma de encaminhamento e atuação dos movimentos e influenciou a identidade dos mesmos, construída agora a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Essas mudanças se expressam nos relacionamentos desenvolvidos com as novas formas de associativismo emergentes, nas interações compartilhadas com ONGs, e na participação nas políticas públicas. Isso tudo alterou o projeto político dos movimentos populares urbanos no sentido de um projeto político policlassista, que contempla outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano. Na maioria dos casos, não há uma ênfase exclusiva nas questões apenas locais, inclui-se outras dimensões. Em parte essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes. O outro, o diferente, acaba alterando o movimento local. Com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos, tais como o de uma cidadania planetária, antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, as mulheres, direitos humanos etc.

Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia passou a ter a centralidade como a luta popular mais organizada. Nela observa-se a presença maciça de mulheres, especialmente entre os sem-teto. Os dados do IBGe de 2000 ajudam-nos a explicar: em 1991, o número de mulheres chefes de família ou respondendo pela casa era de 18,1% do total. Em 2000 este número passou para 24,9%. A taxa de desemprego é também duas vezes maior entre elas. Uma parte da luta pela moradia originária dos anos 80 tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes como o Estatuto da Cidade, ou pressionando diretamente o poder público via instrumentos constitucionais a exemplo da Carta ao Presidente da República encaminhada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana em Setembro de 2003. Em 2006 o Fórum elaborou uma “Plataforma para Prevenção de Despejos Forçados”. Outra

parte migrou com suas assessorias para as ONGs, participando de projetos institucionais, tais como as cooperativas de ajuda mútua e autogestão, a exemplo de várias alas do movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferência para projetos do poder público. Esses últimos casos geraram movimentos de associações de moradores locais. Neste grupo destaca-se o movimento: Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo. Este movimento surgiu nos anos 80, muito antes dos sem-terra rurais tornarem-se famosos. Ele é articulado com setores da Igreja Católica e conta com o apoio da Pastoral da Moradia e, na atualidade, conta com o apoio do CDHU-órgão do governo estadual. Quando surgiu, nos anos 80, a AMST realizava ocupações de terras urbanas (algumas ficaram famosas como a Filhos da Terra, na zona norte de São Paulo). Atualmente a estratégia de luta deles é diferente: organizam a população de áreas periféricas, particularmente nas Zonas Norte e Oeste de São Paulo, realizando reuniões em paróquias e centros comunitários. A partir do perfil de um grupo, localizam grandes áreas particulares que são compradas (segundo seus dirigentes, o valor de um lote custa em média 4 salários mínimos). A construção da casa é realizada pelo comprador, em etapas. A CDHU dá assessoria técnica para a regularização do loteamento. Em 2003 havia outros movimentos em São Paulo com o mesmo perfil da AMST, tais como A Unificadora de Loteamentos, na Zona Leste e o Movimento de Regularização na Zona Norte.

Um segundo grupo da luta pela moradia em São Paulo, com maior visibilidade na mídia, seguiu o modelo do movimento popular rural: realizou ocupações, não mais em áreas ou terrenos vazios -cada vez mais escassas e distantes nos grandes centros urbanos, mas ocupando prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais da cidade. Trata-se do movimento dos Sem-teto, urbanos. Alguns deles tem uma relação direta com o MST rural, suas lideranças não só tem o MST como modelo como participam de cursos de formação e aprendizagem em assentamentos do MST, a exemplo do Movimento de Moradia no Centro- MMC. O público participante dessas ocupações vem de moradias de aluguel, cortiços e moradores de rua. O movimento do sem-teto de certa forma “unificou” a luta do morador de rua com o dos cortiços. Sabemos que a moradia em cortiços em áreas centrais faz parte da história das classes populares. O cortiço paulistano já foi à moradia da categoria dos imigrantes europeus, de trabalhadores das antigas indústrias nas primeiras décadas do século XX; dos migrantes nacionais nas décadas de 50/60, que trabalhavam no

ainda vigoroso comércio central. Estudos já foram realizados sobre cortiços famosos de São Paulo (FIPE, 1994), peças teatrais retrataram seus “leões de chácara” - aqueles que administravam as casas. O morador de rua ou nas ruas também mudou de perfil pois não eram uma categoria com a presença visível como na atualidade.

Em São Paulo, em 2003, havia três movimentos de moradores dos cortiços atuando na região central, a saber: o Movimento Fora do Cortiço, que reivindicava a ação da Prefeitura em outros cortiços além do anunciado plano municipal para o histórico edifício São Vito, perto do mercado municipal; a Unificação das Lutas de Cortiços - ULC, o primeiro movimento de moradia a surgir no centro de São Paulo nos moldes de ocupações de prédios abandonados, em 1991; e o Fórum de Cortiços, o qual liderou várias das ocupações de prédios, públicos e particulares, na região central, no ano de 2002..

.Há ainda outros movimentos de organizações da luta popular pela moradia que aderiram à estratégia das ocupações de prédios velhos e vazios na região central, que atuam no centro e em outras regiões de São Paulo, a saber: o MSTC- Movimento dos Sem Teto do Centro, o mais organizado com cerca de 12.000 militantes em Julho de 2003, articulado à UMM-União dos Movimentos de Moradia, movimento criado nos anos 80 com forte poder de articulação na Zona Leste de São Paulo; o Movimento de Moradia do Centro - MMC, articulado à Central Movimentos Populares -CMP, entidade com dez anos de criação e 20 de lutas em São Paulo, e que reunia, em 2003, 200 entidades em todo o Brasil; o MSTRC; Movimento Sem Teto da Região Central; o Movimento de Luta por Moradia de Campo Forte, da Zona Sul de São Paulo; a Associação Morar e Preservar Chácara do Conde; e o Movimento Sem -Teto de Heliópolis a maior favela de São Paulo.

Todos esses movimentos atuam há mais de 10 anos em São Paulo e realizam, desde 1999, grandes ocupações. Naquele ano, 6.100 sem-teto ocuparam seis imóveis em São Paulo; em maio de 2002, 5000 sem-teto ocuparam oito prédios, e em novembro deste mesmo ano 300 famílias ocuparam um prédio de dez andares na Av. Duque de Caxias, centro de S. Paulo. Um dos prédios invadidos em 2002, localizado na rua Brigadeiro Tobias, pertencia a Companhia Nacional de Tecidos e estava abandonado na época da ocupação.Em 2003, moravam neste prédio 800 pessoas e houve um incêndio que matou uma menina.Apesar do prédio ter um sistema de iluminação precário, com instalações irregulares, só após o incêndio o prédio foi interditado. Em 2002 ocorreu uma outra

ocupação na região central, por 2000 pessoas, lideradas pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro. Foi a do Edifício Prestes Maia, com 20 andares e dois blocos, de propriedade particular. No passado ele já tinha sido alugado pela Secretaria das Finanças do Estado. Depois foi comprado num leilão, foi usado para comércio e estacionamento, mas progressivamente foi sendo abandonado devido à deterioração e aos assaltos na região. As dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) superavam o valor do imóvel, segundo a Caixa Econômica Federal. A mega ocupação pelos Sem-Teto chegou a ser noticiada várias vezes na mídia. Em uma das reportagens, apresentou-se uma biblioteca formada por um morador, com cerca de 3.500 livros, obtidos por doações, e de uso dos moradores. Em 2006, após três anos de conflitos e tragédias, 468 famílias viviam no local e foram retiradas com a ação de grande aparato policial.

Uma das ações mais noticiadas na mídia paulista foi patrocinada pelos movimentos de moradia do centro, em Julho de 2003, quando 3.100 sem-teto ocuparam quatro prédios na região central (três eram hotéis que não estavam em atividade). Todas essas ocupações sofreram processos de despejo com a re-integração de posse. Inicialmente seus participantes perambularam e acamparam defronte a CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, foram para a quadra de uma escola de samba, barracões de igreja, etc. sem terem solução para seus problemas. Outro movimento de moradia que criou um fato político novo em 2003, foi a megaocupação de um grande terreno pertencente a Volkswagen, na via Anchieta pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MSTS, o irmão do MST no plano urbano. Além das proporções desta ocupação, e dela se realizar em área de uma das maiores fábricas estrangeiras no Brasil, um incidente, que levou a morte um fotógrafo da revista Época, fez com que esta ação do MSTS ocupasse as manchetes da mídia em todo país por vários dias. Os programas habitacionais de imóveis novos raramente atingem a categoria que mais necessita porque os programas habitacionais exigem renda familiar mínima, que os demandantes usualmente não têm, de dois salários mínimos. Para famílias com renda de um salário mínimo, por exemplo, existia um programa que concedia uma carta de crédito no valor de R\$ 18.300,00, e não havia imóvel de tamanho familiar mínimo por este preço, no centro de São Paulo, onde os sem teto perambulam sem destino.

A terceira categoria da luta pela moradia em São Paulo, nos últimos anos, é protagonizada pelos "moradores de rua" (só em São Paulo são cerca de 10 mil pessoas). Vivendo sob pontes, marquises, praças e logradouros públicos, esses "moradores" aumentaram significativamente nos anos 90 em termos de número e de locais de ocupação. Políticas públicas têm sido elaboradas para esses segmentos que vão de sua remoção para conjuntos populares a mudanças provisórias em albergues, hotéis e imóveis alugados, quando localizados em situação de risco. Inúmeras vezes estes moradores foram manchetes na mídia pelo lado da desgraça: incêndios ocorridos em suas precárias acomodações ao ar livre e em 2004 houve o assassinato de alguns deles na Praça da Sé. A organização dos moradores de rua é algo difícil porque eles são "flutuantes" no espaço, eles não têm, usualmente, trabalho fixo. O isolamento e as duras condições de vida não os levam a constituírem famílias; o alcoolismo é uma prática usada também para aquecer nas frias noites de inverno. Muitos desses moradores foram no final dos anos 90 "recrutados" pelo MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra para participarem de seus acampamentos e ocupações rurais. O MST é o mais famoso dentre os cerca de 80 movimentos sociais populares rurais no Brasil na atualidade. Aliás, os movimentos rurais tiveram, nos anos 90, mais visibilidade e importância política que os movimentos sociais populares urbanos. No início deste milênio os movimentos urbanos retornam à cena pública com grande visibilidade, articulado muitas vezes com o movimento rural, que continua sendo um dos grandes nós da questão social brasileira. Em 2006, 10 entidades trabalhavam em apoio aos moradores nas ruas de São Paulo, a saber: Organização de Auxílio Fraternal, Associação Rede Rua, Associação Minha Rua Minha Casa, A Casa Acolhe a Rua, Cor da Rua, Pastoral da Rua, Casa de Oração do Povo da Rua, Fórum das Entidades que Trabalham com a População de Rua, Fórum de Debates sobre a População em situação de Rua, Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Em 2004 surgiu uma novidade em termos de articulação da luta pela moradia popular: a Frente de Luta Por Moradia. Ela reuniu o Movimento dos Sem-Teto do Centro, o Movimento de Moradia da Região Centro, os movimentos Sudeste, Campo Alegre e Casarão Bresser, entre outros.

O movimento de Associações de Moradores cresceu e diversificou-se. Deixou de se restringir às áreas carentes e sem infra-estrutura e ganhou densidade em áreas "nobres", habitadas predominantemente pela classe A ou elites econômicas do país, como o caso do Morumbi, dos Jardins, Pacaembu etc. Este novo movimento de bairro ganhou força por dois motivos: primeiro- os problemas urbanos cresceram e complexificaram-se de tal forma que atinge a todas as camadas sociais da cidade; segundo: foram criados espaços participativos via políticas públicas que tem absorvido parte dessa demanda organizada. A participação das Associações de Moradores na discussão do Plano Diretor de São Paulo, entre 2000-2004, é um dos exemplos dessa nova modalidade de participação, com caráter semi-institucionalizada. Além disso, observa-se o surgimento de inúmeras novas entidades, organizadas como ONGs, atuando em bairros específicos, sobre problemas particulares desses bairros.

Deve-se mencionar ainda mais um novo movimento de bairro, os Catadores e Recicladores de papel, Papelão e outros materiais. Ele é de caráter popular e criou uma forma de organização totalmente diferente do movimento das associações de moradores ou Sociedades Amigos de Bairros, focadas no elemento moradia. Os Catadores criaram os Centros Comunitários de Reciclagem e os Centros de Produção. Os primeiros agregam aqueles que tiram da coleta seletiva do lixo os seus sustento. Os segundos, organizados por ONGs e outras entidades assistenciais, dedicam-se à produção e comercialização de inúmeros produtos para uso doméstico ou para alimentação. Essas novas formas têm alterado a paisagem urbana com o surgimento de galpões de reciclagem de produtos, produção de alimentos sem agrotóxicos, fabriquetas de tijolos, apiários, granjas, produção caseira de queijos, doces, uma infinidade espaços físicos ressignificados (usualmente locais decadentes ou abandonados) com atividades nucleadas em cooperativas ou associações nos próprios bairros populares. Em vários casos as atividades de seleção do material coletado em carroças são separadas nas ruas, debaixo de viadutos e pontes, contribuindo para a degradação do meio ambiente (por mais justas que possam ser aquelas atividades).

Em São Paulo destaca-se a Associação dos Catadores de Papel e Papelão que reivindicam o reconhecimento de suas organizações de forma que possam partir para projetos como: reciclagem e industrialização dos resíduos. Por detrás das associações existem ONGs, de caráter mais abrangentes, entidades religiosas, como a Cáritas. Elas

assessoram os grupos na montagem dos projetos para o pedido de financiamento, ajudam na elaboração dos relatórios etc. Consideramos esta forma um movimento porque há bases, lideranças e assessorias. Eles têm identidade própria e uma meta: lutar pela inclusão socioeconômica via a produção no mercado informal. Mobilizam indivíduos e famílias, criam redes solidárias, e tem pautas de demandas também: subsídios para a produção, isenção de impostos dado o caráter de auto-sustentabilidade das atividades (que não visam lucro mas a geração de pequenas rendas familiares ou individuais), acesso a mercados para venda dos produtos, cessão de espaços para produção e comercialização, tarifas sociais para o consumo de água, energia etc. No caso do trabalho junto aos catadores de papel, a maioria desta categoria vive nas ruas e são apoiados por entidades religiosas.

Um importante movimento, surgido nos anos 90, que não tinha tanta presença nos anos 80, foi o movimento ligado à questão da violência e da criminalidade nas ruas. Pesquisas de opinião pública estão demonstrando que a segurança está passando a ser o principal item de demanda da população, mais do que o emprego. A violência é, atualmente, o temor maior da população, ela ganha do medo do cidadão ficar desempregado, ou de contrair uma doença grave. Em São Paulo há várias ONGs que têm como bandeira principal de atuação, a luta pela paz, contra todas as formas de violência, como o Instituto Sou da Paz, Instituto São Paulo Contra a Violência, Instituto Brasil Futuro, etc. Os especialistas que atuam nestas entidades alertam para os efeitos da cultura do medo, gerada pela violência generalizada, como um dos componentes da vida dos cidadãos neste novo milênio.

A expansão da violência urbana para o conjunto da cidade, levou a população das áreas periféricas a desnaturalizar à questão no sentido de vê-la e demandá-la como um problema também do seu cotidiano, e não como algo inerente ao seu meio como um todo. A dificuldade encontrada por esses movimentos tem sido a presença de grupos organizados, principalmente pelo tráfico das drogas, controladoras do próprio movimento de ir e vir nessas regiões. Em muitas favelas, por exemplo, esses novos "chefões" são temidos e respeitados, simultaneamente, pela população local pois eles patrocina melhorias urbanas, arrumam trabalho para as pessoas, cuidam de seus problemas. Em suma, muitas vezes eles

têm mais legitimidade no bairro que os próprios líderes das associações locais de moradores

Mobilizações de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), tornaram-se comuns em São Paulo. A maioria é localizada e não forma um movimento social propriamente dito. Os primeiros conselhos gestores dos 32 parques municipais da capital paulista foram eleitos em 2003, 461 candidatos concorreram a vaga de representante dos usuários, chegando a ter- como no Parque do Ibirapuera, 59 candidatos para uma vaga. Os números revelam- a população tem interesse em participar. Camadas médias também tem feito mobilizações contra projetos de modernização ou expansão de serviços públicos que aumentam o trânsito, barulho, ou retiradas árvores, a exemplo do Movimento Viva São Paulo, Paulista Viva, Defenda São Paulo, Morumbi Melhor etc. A questão ambiental, até a ECO 92, estava localizada muito entre as camadas médias e passou a ser uma preocupação também dos movimentos populares de bairro. Isso foi um salto qualitativo grande porque, nas demandas e reivindicações populares dos anos 70/80, a questão ambiental esteve diluída.

Finalizando

O destaque que registramos até agora é: há um novo associativismo urbano em São Paulo, na forma de se organizar, nas demandas e nas práticas desenvolvidas. Ele é ativo e propositivo, não se limita às camadas populares, atua em rede e se articulam com uma nova esfera pública - que cria espaço de interlocução, debates, proposições e, no caso dos conselhos gestores, têm atuação compartilhada junto com gestores públicos. Esse associativismo é herdeiro da trajetória de inúmeros sujeitos sociopolíticos na sociedade civil brasileira, representados por movimentos sociais, ONGs, associações de moradores, CEBS e outras entidades. A herança da militância em movimentos sociais nos anos 70/80 deixou marcas diferenciadas em São Paulo.

A partir dos anos 2000, é o movimento de luta pela moradia popular o mais organizado e o grande articulador de mobilizações que ganham visibilidade na mídia. Diferentemente dos anos 80, quando os movimentos eclodiam mais na periferia da cidade, atualmente a luta pela moradia está mais concentrado nas áreas centrais da cidade. Mas ele continua heterogêneo na forma de organização e no foco de suas demandas: favelas,

cortiços, casarões e imóveis ocupados, moradores nas ruas, projetos de habitação não atendidos, etc.

Nas redes temáticas destacam-se participação direta em ONGs e outras entidades do Terceiro Setor Encontramos nas ONGS trabalhos na área da educação, especialmente a educação não-formal. O tema da violência tem centralidade no interior de várias ONGS que lutam pela paz ou pela inclusão de crianças e jovens adolescentes por meio de programas sociais diversificados.

Vários movimentos sociais foram criados na última década e o tema do multiculturalismo deixou de ser objeto apenas de estudos acadêmicos. São Paulo espelha estes movimentos, das tribos indígenas remanescentes da região de Parelheiros, à Parada GLBT anual. A metrópole dos contrastes tem lojas Armani e churrasquinho nas vielas das favelas, o voluntariado patrocinado por damas, ao trabalho árduo de organização junto aos moradores nas ruas- o contingente populacional que mais cresceu na última década.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo (Org).2004. *A Participação em São Paulo*. São Paulo, Ed. UNESP
- BAILEY, Michael e LANDIM, Leilah. 1995. *Agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER/OXFAM.
- BARNES, J. A 1987. Redes sociais e processo político in Feldman, B. B. (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global.
- CALDEIRA, Tereza Pires. 2000. *Cidades de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/EDUSP.
- CALDERÓN, Adolfo C. e CHAIA, Vera.(orgs) 2002. *Gestão Municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo, Cortez Ed.
- CARLOS, Ana F. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs). 2004. *Geografias de São Paulo. A Metrópole do século XXI*. Vol 2. São Paulo, ed. Contexto.
- CASTELLS, M. 2000. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CONFERÊNCIA DAS CIDADES, 2001. *Carta de Convocação e Documento Final*, São Paulo.
- DAGNINO, E. OLVERA, A .J. e PANFICHI, A .(Orgs). 2006. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo/Campinas, Paz e Terra e Unicamp.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.
- IBGE, 2002. *Censo de 2000*. Rio, Fund. IBGE.
- INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES. 2001. *São Paulo: dinâmicas e Transformações*.(CD)

FIPE- (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). 1994. *Cortiços na cidade de São Paulo*. São Paulo, FIPE/USP.

FÓRUM Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. 1995. *Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania*. São Paulo. Ed. Instituto Cajamar, Instituto Pólis, FASE e IBASE.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. 1999. *Estatuto da cidade*. São Paulo.

GOHN, Maria da Glória. 1982. *Reivindicações populares urbanas*, São Paulo, ed. Cortez

_____ 1997. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo, Edições Loyola.

_____ 1999. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo, Cortez.

_____ 2001a. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo, Cortez

. _____ . 2001 b. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. . 2ª ed. São Paulo, Loyola.

_____ 2001c. *Sem-terra, ONGs e cidadania*. , 2ª ed São Paulo, Cortez.

_____ 2002 . *Movimentos sociais e educação*. 5ª Ed.S. Paulo. Cortez.

_____ 2003. (Org). *Movimentos sociais no século XXI*. Petrópolis,

Vozes

_____ 2005. *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. São Paulo, Cortez,

POCHMANN, Márcio e AMORIN, Ricardo (Orgs). 2003. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez

PUTNAM, Robert D. 2000. *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster

SOUZA, Maria Adélia. 1999. *A identidade da metrópole. Verticalização em São Paulo*. São Paulo, EDUSP.

TASCHNER, Suzana P. 2004. *Desenhando os espaços da pobreza. Cadernos de Pesquisa LAP.no. 39*. São Paulo, FAU/USP.

TEIXEIRA, Elenaldo. 2001. *O Local e o Global-limites e desafios da participação cidadã*. S. P. Cortez Ed.

TOURAINÉ, A. 1997. *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

ⁱ A agenda é composta dos seguintes demandas:

1. Retomada dos 31 Mutirões paralisados no município;
 2. Retomada de todos os empreendimentos habitacionais na área central;
 3. Retomada dos Programas de Bolsa Aluguel e Locação Social;
 4. Fim de todos despejos e reintegração de posse, com atendimento habitacional imediato para as famílias que estão jogadas na rua;
 5. Retomada do Programa de Urbanização de Favelas e atendimento das famílias em áreas de risco, com liberação das verbas de emergência habitacional;
 6. Construção de 30 mil moradias para as famílias de baixa renda no ano de 2006.
- Do Governo Federal:
1. 3 bilhões (R\$ 3.000.000.000) para o Fundo Nacional de Habitação e recursos para associações e cooperativas habitacionais;
 2. Nenhuma Ação de Despejo Contra a População;
 3. A Regularização Fundiária das Favelas e Assentamentos Informais e a Utilização das Terras da União e dos Estados para Projetos de Habitação para a População de Baixa Renda;
 4. Repasse dos imóveis públicos vazios para habitação popular;

-
5. Água e Esgotos para todos e para todas;
 6. Transporte Público de Qualidade com Redução das Tarifas;
 7. A Universalização dos Direitos Humanos como Base da Política de Segurança Pública;
 8. Participação popular e controle social nas políticas públicas urbanas e regulamentação através de projeto de lei do Conselho Nacional das Cidades;
 9. O Acesso à Energia Elétrica para toda a População, com tarifas Sociais para a População de Baixa Renda;
 10. Pela defesa e garantia da aplicação dos recursos públicos nas políticas sociais com mudança na política de superávit fiscal e a redução das taxas de juros;
 11. Combate a todas as formas de discriminação e preconceito;
 12. Fim da criminalização dos movimentos sociais;
 13. O cumprimento dos acordos nos Tratados Internacionais de Políticas afirmativas para mulheres;
 14. Garantia da formulação e controle social de políticas urbanas com enfoque de gênero;
 15. Promoção da participação das mulheres nas instâncias de formulação e controle social de políticas públicas urbanas.